



Notícias de interesse da segurança pública em tramitação nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, no plano federal, na semana do dia 13 a 17 de agosto de 2018.

1. PODER LEGISLATIVO -



1.1 TRABALHO E PREVIDÊNCIA

[Proposta fixa em 30 horas semanais jornada de trabalho de condutor de ambulância](#)

Um projeto de lei em análise na Câmara dos Deputados fixa em 30 horas semanais a jornada de trabalho do condutor de ambulância. Nos casos em que for adotado horário de trabalho de 12 horas seguidas por 36 horas de descanso, a proposta garante ao empregado no mínimo cinco folgas mensais, sem prejuízo do descanso entre jornadas. O texto faculta ainda a adoção de regime de trabalho de 12 horas e descanso nas 60 horas seguintes. As medidas estão previstas no PL 9799/18, do ex-deputado Rômulo Gouveia, que acrescenta as novas regras à Consolidação das Leis do Trabalho ([CLT - Decreto-lei 5.452/43](#)).

1.2 COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

[Comissão especial sobre combate ao crime organizado será instalada hoje](#)

Está agendada para hoje a instalação de comissão especial que vai analisar o Projeto de Lei 10372/18, que modifica a legislação penal e processual penal, a fim de aperfeiçoar o combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e de armas, e ao funcionamento de milícias privadas. A reunião estava agendada para a semana passada, mas foi adiada. O projeto foi elaborado por uma comissão de juristas, coordenada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. O texto foi entregue à Casa em maio. Entre outros pontos, a proposta aumenta a pena máxima de prisão no Brasil de 30 para 40 anos e institui um regime disciplinar mais rígido nos presídios para integrantes de quadrilhas.

[Atlas da Violência é tema de audiência hoje](#)

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados discute hoje os dados do Atlas da Violência 2018. “[A publicação] mostra que a violência letal intencional no Brasil cresce contra negros e regride contra não negros”, afirma o deputado João Daniel (PT-SE), que solicitou a realização do debate. “O estudo mostra que, em 2016, a população negra registrou uma taxa de homicídios de 40,2 mortes por 100 mil habitantes, o mesmo indicador para brancos, amarelos e indígenas foi de 16”, compara Daniel. Além disso, 71,5% das pessoas que foram assassinadas no Brasil em 2016 eram pretas ou pardas.

[Instalação da comissão especial sobre combate ao crime organizado é adiada para setembro](#)

A instalação da Comissão Especial de Combate ao Crime. O novo colegiado vai analisar o Projeto de Lei [10372/18](#), que muda uma série de leis com o objetivo de aperfeiçoar o combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e de armas e às milícias privadas. O projeto foi elaborado por uma comissão de juristas coordenada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes.



Projeto cria Cadastro Nacional de Homicídio para auxiliar na redução da violência

A Câmara dos Deputados analisa a criação do Cadastro Nacional de Homicídio, prevista no Projeto de Lei 9211/17, do deputado Heuler Cruvinel (PP-GO). Pelo texto, o cadastro será criado e coordenado pelo Ministério da Justiça e reunirá informações sobre homicídios ocorridos em todas as unidades da federação – estados, municípios e Distrito Federal. As informações ficarão disponíveis no site do Ministério da Justiça ou por meio de linha telefônica específica, incluindo a qualificação do crime para análise das necessidades de ação governamental.

Deputado faz balanço positivo da intervenção na segurança do Rio

Enquanto Hugo Leal credita o crescimento no número de mortes ao aumento dos confrontos, conselheiro do Observatório da Intervenção diz que agora há "licença para matar". O deputado Hugo Leal (PSD-RJ), coordenador da comissão externa da Câmara que acompanha a intervenção na área de Segurança Pública no Rio de Janeiro, faz um balanço positivo dos seis meses de atuação da operação militar.

Proposta restringe porte de arma e criminaliza posse ilegal de explosivo

A Câmara dos Deputados analisa proposta que cria regras mais rígidas para porte e posse de armas e munições no País – o Projeto de Lei 9061/17, do deputado Alessandro Molon (PSB-RJ). Segundo Molon, o objetivo é aumentar a proteção da população em relação ao enorme número de armas de fogo em circulação no País. “Precisamos reduzir a vergonhosa taxa de homicídios constatada anualmente entre nós”, diz Molon, baseando-se em dados do Atlas da Violência 2017, do Anuário Brasileiro de Segurança Pública e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

1.3 POLÍTICA

Prazo para registro de candidaturas para eleição deste ano encerra-se hoje

Candidatos a uma vaga na Câmara dos Deputados devem fazer o registro nos tribunais regionais eleitorais. Termina hoje, às 19 horas, o prazo para partidos e coligações apresentarem pedidos de registros de candidaturas à Justiça Eleitoral. Para se candidatar, a pessoa tem que cumprir diversos pré-requisitos, como ter nacionalidade brasileira e ser filiada a um partido político (*veja quadro ao lado*). Candidatos a presidente da República devem enviar os pedidos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Candidatos a senador, a governador ou a deputado (federal, distrital e estadual), precisam encaminhar as solicitações de registro aos tribunais regionais eleitorais.

1.4 DIREITO E JUSTIÇA / DIREITOS HUMANOS

Deputados analisam proposta que facilita cumprimento de medidas de proteção às mulheres

A proposta que permite ao delegado de polícia adotar medidas de urgência para proteger mulheres vítimas de agressão é o destaque da pauta do Plenário da Câmara dos Deputados nesta segunda-feira. O Projeto de Lei 6433/13 altera a Lei Maria da Penha e, segundo a versão de 2015 do relator, deputado João Campos (PRB-GO), o delegado poderá negar a fiança se verificar que a liberdade do agressor colocará em risco a integridade física ou psicológica da mulher.

Direitos Humanos realiza diligências em João Pessoa

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realiza hoje e amanhã diligência em João Pessoa para tratar da situação precária daqueles que residem em ocupações e lutam pelo direito à moradia; e da questão dos inquéritos policiais inacabados e casos sem solução. A ação atende a requerimento do deputado Luiz Couto (PT-PB). Sobre o que chama de “crimes misteriosos”, o parlamentar destaca que, no Brasil, estimativas da Associação Brasileira de Criminalística indicam que de 5% a 8% dos assassinos são punidos. “De cada cem, mais de 90 nunca foram descobertos”,



afirma. Ele compara com os dados nos Estados Unidos, onde índice de solução dos homicídios é de 65%; e no no Reino Unido, que é de 90%.

Comissão rejeita emenda do Senado que suprimiu aumento de pena em feminicídio

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher rejeitou nesta terça-feira (14) emenda do Senado que excluiu do Projeto de Lei 3030/15 o aumento da pena do crime de feminicídio cometido em descumprimento de medida protetiva de urgência prevista Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06). A rejeição da emenda foi pedida pela deputada Laura Carneiro (DEM-BA), relatora da proposta.

1.6 AGENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Agenda da semana

SEGUNDA-FEIRA (20)

14 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

TERÇA-FEIRA (21)

9 horas

Comissão de Seguridade Social e Família

Seminário para celebrar os cinco anos do Programa Mais Médicos.

Salvador (BA)

14 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

16 horas

Câmara dos Deputados

Lançamento do livro “O Grande Encontro”, da presidente e fundadora da Recomeçar (Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília) Joana Jeker dos Anjos.

Salão Nobre

QUARTA-FEIRA (22)

10 horas

Comissão Externa sobre os Assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes

Reunião com o procurador Geral de Justiça, José Eduardo Ciotola Gussem, e delegados de polícia do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro (RJ)

14 horas

Comissão de Legislação Participativa

Seminário dos vereadores do Estado do Rio Grande do Sul.

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (RS)

14 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

QUINTA-FEIRA (23)



14 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

SEXTA-FEIRA (24)

9 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

Link: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/561466-AGENDA-DA-SEMANA.html>

2. PODER LEGISLATIVO -

SENADO
FEDERAL



2.1 PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Projeto quer agilizar medidas protetivas para vítimas de violência

Defensores públicos, delegados de polícia e membros do Ministério Público poderão conceder medidas protetivas em caráter de emergência a mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência que sejam vítimas de violência, segundo projeto que aguarda a designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta (PLS 137/2018) é de autoria do senador Humberto Costa (PT-PE).

Projeto dá ao Ministério Público prerrogativa para investigar abusos de agentes de órgãos de segurança pública

O Ministério Público poderá contar com a atribuição de investigar crimes e abusos supostamente praticados por agentes de órgãos da segurança pública no exercício de suas funções. Se houver suspeita, a investigação da infração penal será atribuída ao órgão do Ministério Público competente, que poderá requisitar os exames periciais necessários à apuração do fato diretamente à polícia técnico-científica.

Projeto que propõe unificação de documentos já tramita na CCJ

Os cidadãos brasileiros poderão ter uma carteira de identidade com um dispositivo eletrônico que contenha dados da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), bem como os números de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e dos programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). É o que prevê o Projeto de Lei do Senado (PLS) 225/2015, de iniciativa do senador Wilder Morais (DEM-GO).

Senado questiona decisão do Supremo que admite medidas cautelares penais contra parlamentares

A Advocacia do Senado recorreu nesta terça-feira (14) contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), publicada no último dia 7 de agosto, que concluiu pela possibilidade de aplicação de medidas cautelares penais contra deputados e senadores. A decisão havia sido tomada em outubro de 2017, por maioria de votos dos ministros, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.526, mas só foi publicada na semana passada.



Senadores querem mudar regras para saídas temporárias de presos

A morte de três pessoas em um acidente provocado por um preso que usufruía da saída temporária de Dia dos Pais no último domingo em Brasília reacendeu a discussão sobre mudanças nas regras para os chamados “saidões”. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa vários projetos que alteram os critérios e até mesmo acabam com a concessão do benefício.

Prorrogada a vigência de duas medidas provisórias

Foi prorrogada a vigência de duas medidas provisórias: a MP 798/2017 e a MP 841/2018. O ato declaratório de prorrogação das MPs foi publicado nesta quinta-feira (16) no *Diário Oficial da União*. A MP 798 estende até 29 de setembro deste ano o prazo para adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert). O programa permite a regularização de débitos de natureza tributária e não tributária com a Receita Federal e com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Entre os débitos que podem ser renegociados estão os de parcelamentos anteriores, os que ainda estão em discussão administrativa ou judicial e os que tiverem lançamento de ofício feito após a publicação da MP.

6. ASSUNTOS DE INTERESSE DA FENEME

FORÇA INVICTA PROMOVE A PRIMEIRA EDIÇÃO DO CURSO DE ASSESSORIA PARLAMENTAR NA BAHIA

É com muita satisfação que a Diretoria Executiva da Força Invicta – Associação dos Oficiais Militares Estaduais da Bahia – informa que está promovendo a primeira edição do **Curso de Assessoria Parlamentar no Estado**, em parceria com a FENEME, com o objetivo de capacitar oficiais militares (PM e BM) para o exercício da função de Assessoria Parlamentar, visando a apresentação de projetos que possam subsidiar os parlamentares na busca de melhorias para a sociedade, principalmente, na área de segurança pública. O curso teve início na manhã desta segunda-feira (13), no auditório Plenarinho da Assembleia Legislativa da Bahia, e terá prosseguimento até o dia 17 (sexta-feira).

NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

7. CURTA E SIGA A FENEME NAS REDES SOCIAIS

Facebook: <https://www.facebook.com/secretariofeneme.feneme>

Twitter: <https://twitter.com/realfeneme>

Sites: www.feneme.org.br / www.ciclocompleto.com.br

Brasília, 20 de julho de 2018.



OUTRAS INFORMACOES RELEVANTES E ESTRATEGICAS PARA A FENEME NO AMBITOS DOS PODERES, ORGAOS E INSTITUICOES, ESTAO SENDO REPASSADAS VIA RELATORIOS E COMUNICACOES COMPLEMENTARES AO PRESIDENTE DA ENTIDADE, PARA OS ENCAMINHAMENTOS NECESSARIOS.